

POR QUE AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE SATISFAZEM?

INTRODUÇÃO

Não se pode negar que a Comunidade Eclesial de Base seja uma situação muito simpática dentro da Igreja, como aliás em todas as situações religiosas. Nisto a Igreja Católica não se diferencia muito das outras religiões, onde é bem evidente a facilidade com que se organizam pequenos grupos de devotos que se unem e se fecham ao redor de um inspirado para segui-lo com fervor e até com pesados sacrifícios.

Entre os grupos pequenos e privilegiados do catolicismo sobressai o grupo dos discípulos, companheiros escolhidos de Cristo (Lc 6,12-16; Mt 10,1-4; Mc 3,13-19) que recebem dele um tratamento todo especial, bem semelhante ao tratamento que recebiam os discípulos dos grandes mestres da tradição judaica.¹

Outra descrição privilegiada no catolicismo é a situação desenhada por Lucas nos Atos dos Apóstolos, onde ele se compraz em resumir com três sumários uma coisa que lhe parecia notável na primeira comunidade formada logo depois da ressurreição: reuniam-se no templo, celebravam em suas casas a fração do pão, tendo um só coração e uma só alma, sem terem pobres entre eles, pois dividiam entre si tudo o que tinham, dando-se a cada um conforme ele precisava (At 2, 42-47; 4, 32-35; 5, 14-16).²

O modelo de relacionamento estabelecido entre Cristo e os seus doze discípulos, bem como o modelo vivido na Igreja de Jerusalém em seus primeiros momentos tem servido de inspiração a muitos grupos de Igreja e aparece como o fundamento para o surgir de inúmeras associações dentro da instituição eclesial entre as quais sobressaem as ordens e congregações religiosas de todos os tempos e de todos os matizes.³

1. Raymond E. BROWN, *Comentário Bíblico "San Jeronimo"*. vol. 5. Madrid, Cristiandad, 1972, pp. 752-763

2. Jacques DUPONT, *Études sur les Actes des Apôtres*. Paris, Cerf, 1967, pp. 503-520; id., *Nouvelles études sur les Actes des Apôtres*. Paris, Cerf, 1984, pp. 296-318.

3. O próprio direito canônico, quando se refere à vida religiosa, toma caminhos diferentes para o estilo de governo e estruturação social: comparem-se os cânones 631-633 e 618-619 com os cânones 519 e 528-530.

De maneira semelhante, surgiram no Brasil as Comunidades Eclesiais de Base. Fiéis, que tinham uma vitalidade cristã mais desenvolvida e que as instâncias eclesiais não se vêem em condições de satisfazer suficientemente, procuram um outro meio de desenvolver suas próprias condições de vivência, e a reunião em pequenas comunidades organizadas lhes permite usar suas forças de maneira estrutural coerente.⁴

Organizadas e assumindo posturas mais institucionalizadas, as CEBs, com sua práxis democrática, vão assumindo a postura de movimento com suas tendências diferenciadas, mas onde o núcleo permanece comum: são grupos de reflexão e ação onde cada membro assume pensar e agir como sujeito responsável e orgânico em situações concretas de sua própria existência, seja pessoal e até mais freqüentemente comunitária.

Uma coisa nos chama a atenção em todos esses grupos: eles querem pertencer a uma associação bem maior que as pessoas que conseguem atrair para seu meio e, nessa associação, querem aparecer como um núcleo ideal e mesmo como o grupo mais significativo, sem contudo quererem assumir as funções sociais de vértebras estruturadoras. Recusam pertencer às estruturas de poder que permitem a coerência do corpo da sociedade, mas consideram-se como a semente ou as raízes de onde brotam a seiva e a vitalidade fundante de toda a sociedade.⁵

Haveria fundamento para uma tal pretensão?

1. A COMUNIDADE COMO PESSOA SOCIAL

Uma tentação para o analista seria reduzir a Comunidade Eclesial de Base a uma soma diminuta de indivíduos. Acostumados como estamos a uma democracia de votantes, consideramos toda associação como um ajuntamento de indivíduos que se unem exatamente enquanto, estando absolutamente independentes, caminham casualmente na mesma direção por suas decisões livres e independentes, constituindo-se em uma maioria que elimina as outras tendências minoritárias.

A cultura da modernidade cresceu nessa teoria. Cada indivíduo que se destaca e que consegue se impor na concorrência da racionalidade torna-se um expoente de desenvolvimento e adquire direitos de privilégio na sociedade, apossando-se dos capitais gerados com o trabalho, o sacrifício e as esperanças de muitos: só a liberdade e a decisão dos indivíduos é que conta na projeção de um mundo tecnocrático e capitalista, gerando uma sociedade elitista e sacrificadora da maioria.⁶

A comunidade de base parte de uma visão contrária: todo crescimento social complexo ou profundo supõe uma junção

4. Agnello ROSSI, *Uma experiência de Catequese Popular*. Em REB 17 (1957), pp. 731-737; Nilo AGOSTINI, *Nova evangelização e opção comunitária. Consientização e movimentos populares*. Petrópolis, Vozes, 1990. pp. 41-64.

5. Sérgio TORRES (ed), *A Igreja que surge da base*. São Paulo, Paulinas, 1982, pp. 186-254; Leonardo BOFF, *E a Igreja se fez povo*. Petrópolis, Vozes, 1986, pp. 68-105.

6. Franz HINKELAMMERT, *As armas ideológicas da morte*. São Paulo, Paulinas, 1983, pp. 85-180.

de esforços diferenciados que permita um todo mais desenvolvido e mais eficiente que os indivíduos que lhe serviram de ponto de partida. Exatamente por isso, um grupo tem algo mais que cada um dos indivíduos que o compõe e se explica por uma nova condição de ser social, complexo mas global.

Assim, uma série de objetos que fossem colocados lado a lado nas prateleiras de uma loja formariam uma certa unidade. Mas se tirarmos um ou dois entre eles, se pusermos um número maior, colocando-os uns atrás dos outros, se enviarmos alguns deles para longe ou os substituímos por outros diferentes, eles não perdem seu valor individual nem mudam o valor uns dos outros. Sua associação é puramente casual, externa.

Mas, desde que formamos um conjunto, desde que queremos uma situação de beleza para uma exposição ou precisamos de um mecanismo capaz de produção de um serviço determinado, temos de fazer uma harmonia entre as partes de tal forma que cada parte só tenha sentido e valor na medida em que levar a um produto final adequado. Os quadros de um artista têm cada um sua beleza própria, mas quando montados para uma visão agradável de apresentação, ganham um novo destaque que faz deles uma coleção. Os mecanismos delicados e diferenciados de um relógio ganham, quando juntos, uma existência diferente que lhes vêm da nova maneira de ser que receberam ao se organizarem. O novo ser se faz com a fusão parcial de vários elementos dentro de uma nova identidade.

Pensando somente nas pessoas, diríamos que essa fusão parcial dos indivíduos cria um fenômeno de sociabilidade e permite a existência de coletividades que se caracterizam pela interação.⁷

Formando grupos mais ou menos conscientes de sua própria identidade, vemos que eles podem ser facilmente distinguidos pelos seus membros, "NOSSO GRUPO", e também notados pelos outros que os chamam com um "VOCÊS" categórico, bem diferente do impessoal "existe gente"... Essas coletividades em linguagem corrente chamam-se "NÓS"⁸ e formam conjuntos que tem uma personalidade própria, em oposição ao genérico "SE" que encontramos no pensa-se, vota-se...

7. Théodore M. NEUCOMB et al.: *Manuel de psychologie sociale*, Paris, PUF, 1970, pp. 9-30; Otto Klineberg, *Psicologia social*. Vol 2. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1972, pp. 493-495.
8. Max PAGES, *A vida afetiva dos grupos*. Petrópolis, Vozes, 1976, pp. 292-315; Armand CUVILLIER, *Sociologia da cultura*. Porto Alegre, Globo, 1975, pp. 140-190.

2. DOIS COMPONENTES FUNDAMENTAIS DA VIDA COMUNITÁRIA

Para compreender a satisfação que se tem na vida comunitária é necessário entender que existe uma diferença dentro da formação das coletividades que podem se expressar nos dois termos: intensidade e extensão.

Suponhamos um grupo de deputados que se reúnem para tomar uma decisão. Os partidos de oposição podem se unir durante um certo tempo para defender o que lhes parece indispensável. Eles o farão juntos e até com certa veemência. No Brasil, fizemos uma experiência no ano passado quando se tratou de votar o *impeachment* do presidente. Houve uma união apaixonada sobre um único ponto pelos elementos mais diferentes da Câmara. Mas existem casos bem particulares onde acharíamos absurdo que os deputados de um determinado partido viessem a votar projetos que são nitidamente de outros partidos.

No primeiro caso, diríamos que os legisladores promovidos a juízes estavam intensamente unidos sobre pouca coisa e por curto espaço de tempo, mas essa união requeria deles, pelos motivos mais variados e muitas vezes contraditórios, uma unidade profunda e intransigente, de maneira tal que os adversários quase não tiveram direito de se manifestar. Quase como um torcedor adversário no momento da vitória em jogo de futebol. É a união do fundamental, do intuitivo, do evidente, do global, do vital.

No segundo caso, estamos diante de uma união lógica, coerente, racional. Nela tomam importância os fatos em sua extensão. Pode inclusive haver pouco entusiasmo e pouca profundidade no momento, mas cobra-se com rigor porque pertence aos compromissos anteriormente assumidos onde normalmente exigimos os benefícios e direitos.

Infelizmente ou felizmente, depende do ponto de vista em que nos colocamos, esses dois referenciais não precisam caminhar juntos. Existem em cada composição de NÓS, mas são tensões entre o eu e a sociabilidade que podem variar segundo a natureza da comunidade, as pessoas que as compõe e as circunstâncias da cultura e da história. Podem existir ajuntamentos de extrema vigência da intensidade sem nenhuma lógica ou coerência das pessoas que o praticam (na famosa sessão das Câmaras brasileiras que condenaram o governo de 1992, quanto deputado foi contra a corrupção dos "outros", fundado no seu interesse de continuar podendo fazer o "*é dando que se recebe*"), como pode acontecer que uma pessoa continue ligada a um grupo, mas represente dentro dele uma oposição crítica contra o poder dominante.

Uma grande tentação é moralizar sobre um dos dois referenciais de fusão dos indivíduos na sociedade sem perceber seus limites e seu valor na vida comum: quantas vezes condena-se como traição uma dissidência iluminadora por não suportá-la emocionalmente e quantas vezes se exige sem coerência uma liberdade que foi comprometida quando passamos a

colher os frutos de uma decisão que nos parece indeclinável. Se faltassem outros exemplos, bastariam as dificuldades de se pensar e viver um ecumenismo concreto e justo para se ver como é difícil a convivência do diferente assumido.

3. REFLETINDO SOBRE A INTENSIDADE COMUNITÁRIA

A intensidade do NÓS varia na medida em que se vai da predominância extrema do individual à predominância do societário. Com certos psicossociólogos, poderíamos mencionar três níveis como situações possíveis em toda realidade: a massa, a comunidade e a comunhão.⁹

Os três graus se medem por sua concentração, sendo impossível estabelecer entre eles limites precisos de uma maneira absoluta: a passagem entre eles se faz quase insensivelmente e como em um contínuo onde as diferenças aparecem na medida em que um se afasta do outro.

Na situação de massa, a individualidade tem a precedência sobre a socialidade. Não tem importância o número de indivíduos que fazem parte do conjunto: dois ou cinqüenta, mil ou cinqüenta mil. Se os valores e os interesses individuais têm prioridade no intercâmbio que os reúne na associação, estas pessoas encontram-se, mas, em condição de massa humana.

Os exemplos podem esclarecer melhor. O vendedor de uma loja que não conhece seu cliente, todos os pedestres que atravessam juntos a rua movimentada quando o farol vermelho retém o fluxo de carros e abre espaço para eles, os coveiros e os participantes de um enterro, todos formam uma coletividade quando estão juntos e cruzam suas vidas mas, com interação mínima: cada um quer o seu bem, o fato de se encontrarem no mesmo lugar e no mesmo instante é para eles absolutamente secundário e logo em seguida se afastarão com alegria das pessoas e do lugar com quem e onde estiveram... no caso do enterro... sem nenhuma saudade.

No oposto da convivência social, encontramos a situação de comunhão. Nela o NÓS é de tal maneira reforçado que consome quase totalmente o eu. A comunhão supõe a participação plena, total, sem reservas e sem obstáculos, de tal modo que os fins e os valores coletivos tomam posse dos elementos unidos no grupo deixando espaço mínimo para finalidades ou valores puramente individuais dentro do espaço em eles se uniram.

Ilustremos também com exemplos. Pensemos no bando de *adolescentes que participam de uma festa de rock*, nos *mem-*brados emocionados de uma experiência religiosa profunda, na gangue fiel de um criminoso dominador, nos participantes faná-

9. Georges GURVITCH, *La vocation actuelle de la sociologie*. 3 ed., vol 1. Paris, PUF, 1963, pp. 146-181; Paul VIRTON, *Les dynamismes sociaux*, t. 1. Paris, Ed. Ouvrières, 1965, pp. 135-142.

ticos de um movimento político em congresso, no casal de namorados que se empolga com a paixão de que estão envolvidos: todos são grupos de comunhão intensiva. Colocados em um outro ambiente, os elementos dessas coletividades terão um comportamento bem diverso e se darão orientação bem diferente; são incapazes de viver sozinhos ou em outro lugar o que eles viveram juntos.

Um terceiro nível de convivência intensiva pode chamar-se de comunidade. Nele a interação atinge um nível médio, sem predominâncias. Nele podem-se integrar as camadas mais profundas de cada individualidade mas sem permitir que a singularidade dessas pessoas seja esquecida. É estabelecida uma situação de diálogo permanente, de intercâmbio controlado. A tensão indivíduo-comunidade é criada com o objetivo de realizar uma finalidade comum dentro de uma participação individualizada.

Um casal que escolhe passar a vida inteira junto, o colégio eleitoral que faz uma escolha pelo voto, os companheiros de um grupo de pesca, o pessoal que monta uma peça teatral, o time de futebol que concorre em um campeonato, todos colaboram para a existência de um grupo compacto mas não anulam sua singularidade, ao contrário, todos se encarregam de concretizar por uma associação orgânica as suas possibilidades como elementos. É impensável que essas associações queiram existir destruindo o que há de decisão pessoal e de diferenças entre os membros ou que existam nelas indivíduos que queiram conservar sua independência sem observar as regras do jogo.

A medida do fenômeno de intensidade na interação das coletividades permite ver a força de atração que existe em cada grupo humano e com que vigor eles realizarão sua fusão.

4. AS CONDIÇÕES DA EXTENSÃO

Quando queremos medir a extensão da fusão que origina uma vida comum, devemos abordar não já o interior das pessoas, mas os pontos de convergência que se somam em suas vidas transformando-as num NÓS coerente.¹⁰

Como primeira divisão da extensão, podemos distinguir as coletividades estruturadas e aquelas que não são estruturadas. As primeiras são facilmente identificáveis por seus membros e também pelos que vivem fora delas: criam certas funções, uma certa hierarquia e sobretudo propõem um ou mais fins comuns para o conjunto. Nas coletividades não-estruturadas, os indivíduos podem ter uma ou mais finalidades comuns, mas sem

10. VIRTON, *op. cit.*, pp. 148-185; Joseph H. FICHTER, *Sociologia*. São Paulo, Herder, 1969, pp. 85-137.

vivê-las em comum, eles podem ter uma função sem que ela exista no interior da associação, os elementos que a compõem continuam anônimos e praticamente não ligados ao conjunto como tal. Pode-se dar como exemplo: as pessoas que existem fora da fé evangelizada e que constituem o grupo dos que têm direito à missão da Igreja.

Podem-se reconhecer ao menos dois tipos de coletividades não-estruturadas: as categorias sociais e os agregados sociais. As categorias sociais formam um conjunto somente com a ajuda dos olhos do observador: os fumantes num estádio de futebol, os torcedores de certo clube numa praia têm todas algumas características comuns, assim como os operários da construção, os pobres, os jornalistas que assistem a uma peça de teatro. Mas considerados enquanto tais, sua "comunidade" não existe a não ser com a visão do observador. O que não impede a realidade do grupo, pois o fator que os une existe realmente.

No agregado social existe uma realidade mais objetiva: eles se constituem com um número de pessoas que tem ao menos uma relação de ordem física: seria uma multidão, uma concentração, um auditório enquanto se encontram no mesmo espaço físico e são, por isso, forçados a reconhecer o lugar uns dos outros. A pobreza de seu relacionamento externo não impede que em algumas ocasiões possam ser intensamente passionais e ativos como é o caso de uma multidão que lincha o culpado de um acidente particularmente horrível.¹¹

Os conjuntos estruturados de pessoas podem definir-se como coletividade identificável, estruturada e contínua de indivíduos que exercem funções recíprocas conforme normas, interesses e valores sociais, na perseguição de finalidades comuns.¹² A característica principal deles é a interação constante e delimitada com precisão. Pode-se saber sempre quem é quem e para onde se caminha.

Entre os conjuntos estruturados devem se distinguir as associações (*Gesellschaft*) e os grupos primários (*Gemeinschaft*)¹³ As associações, também chamadas de sociedades ou grupos secundários, são coletividades de finalidades especializadas e consideradas como tais. Os indivíduos que elas integram procuram uma estrutura funcional que lhes forneça um tipo ou vários tipos de serviços determinados. Por que esses fins são parciais, as relações que se criam são sobretudo jurídicas e racionais, dentro delas se estabelecendo o limite dos direitos e dos deveres que tem cada membro e sobre cada membro o conjunto. Pouco importa que essa fusão de pessoas exista por impulso da natureza como é a sociedade política ou foi criada por vontade dos membros como o é um clube de campo.

Os grupos primários, também chamados pequenos grupos (*small groups*) ou simplesmente grupos, são coletividades em

11. Jean STOETZEL, *La psychologie sociale*. Paris, Flammarion, 1963, pp. 229-235.

12. Joseph FICHTER, *op. cit.*, pp. 138-146.

13. Ferdinand TONNIES, *Communauté et société, catégories fondamentales de la sociologie pure*. Paris, PUF, 1944.

que cada membro pode ter em seu campo psicológico a totalidade dos outros membros (grupo face-a-face) e por isso está unido a eles por um sistema de interações dinâmicas, explícitas e recíprocas que os envolvem globalmente. Mesmo quando as finalidades da união não são totais, a proximidade dos membros e a interferência contínua de um sobre o outro fazem com que as relações sejam globais, íntimas e favoreçam as relações livres e informais, mas ao mesmo tempo globais.¹⁴ Enquanto se constituem num relacionamento que exige participação intensa e global, os pequenos grupos não podem ter um número grande de pessoas e nem uma pessoa pode ser absorvida por muitos grupos. Se considerarmos que cada indivíduo possui à sua disposição apenas uma quantidade limitada de tempo, de espaço afetivo e efetivo, compreendemos que a capacidade de se doar ao mesmo tempo para pessoas diferentes acaba sendo reduzida. Os grupos primários são sempre para poucas pessoas e cada pessoa tem de se restringir a poucos grupos dessa espécie. O mesmo não se dando com os grupos secundários, onde basta cada um ter os mesmos fins e os mesmos espaços.

5. A VIVÊNCIA EVANGÉLICA DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

Quando pensamos nas CEBs concretas, sempre as vemos como pequenos grupos de participação intensiva¹⁵ e ao mesmo tempo vemos que se unem em uma extensão também máxima.

A própria condição sociológica do grupamento favorece estas características.

Entre as características de intensidade das coletividades, as CEBs se aproximam da comunhão: querem assumir a religião numa união de fé e de vida que lhes dê coerência e profundidade. Embora cada pessoa possa e deva assumir individualmente sua função no grupo, quem o faz tem todos os instrumentos para uma conscientização continuada e profunda que deixa pouco espaço para o casual e o imprevisto. Não é sem motivo que se propõe como lema um ver, julgar e agir, mas sempre tomados dentro de uma estrutura comunitária. A participação na comunidade faz o indivíduo um sujeito coerente, consciente e voluntário, mas nunca um isolado autocentrado como o faz a burguesia liberal. A CEB é a negação do individual autônomo e de sua experiência.

Mas nem mesmo a comunidade no sentido sociológico satisfaz as necessidades da CEB. Aprofundando as implicações de uma sociedade liberal onde o bem comum foi sacrificado

14. David KRECH e Richard S. CRUTCHFIELD, *O indivíduo na sociedade*. vol. 2. São Paulo, Pioneira, 1969, pp. 456-476; Didier ANZIEU et Jacques-Yves MARTIN, *La dynamique des groupes restreints*. Paris, PUF, 1971, pp. 7-30.

15. Frei BETTO, *O que é comunidade eclesial de base*. S. Paulo, Brasiliense, 1981, p. 29-40; Carmen Cinira MACEDO, *Tempo de genesis*. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 137-182

diante de estruturas de pecado e onde o individualismo condena uma maioria a serem os barrados da modernidade, reduzidos a condição de empobrecidos para permitir a ascensão dos privilegiados, o homem da CEB, nascido normalmente na classe pobre, reconhece a incapacidade em que se acha quem luta sozinho e busca na convivência de seu nível e na interajuda dos outros níveis uma solução de resistência e tomada parcial de poder. Ele não pode esperar dos criadores da dominação uma solução que lhe seja conveniente: deve procurar em si, no seu nível (comunidades de base) e por isso procura outros com quem partilhe a compreensão do problema e o esforço de solução: apoiado pela perseverança teimosa dos companheiros, continua a esperar porque não está sozinho: "*O povo unido jamais será vencido*". Ele não pode esperar de si, espera-o da comunidade, uma espécie de ser maior onde ele se sente forte e esperançoso.¹⁶ Uma experiência anterior muitas vezes detestada os afasta das situações de massa onde os indivíduos percebem hoje quanto eram alienados e humilhados.

16. Carmen Cinira MACEDO, *ibidem*, pp. 161-182.

Se quisermos situar as CEBs entre as coletividades sociais extensas vemos que elas pertencem aos grupos primários.

Pode parecer estranho que o psicossociólogo ponha as CEBs entre as comunidades estruturadas. Parece uma das características da CEB e dos pequenos grupos a liberdade com que trabalham e em que se trocam as funções. Mas não se deve confundir a menor estruturação jurídica com uma falta de convivência orgânica. Por sua extensão reduzida e pela facilidade de sempre viverem face a face, os pequenos grupos podem não fixar de maneira estrita o poder reconhecido. Mas não se podem permitir a desestabilização. Numa comunidade de poucas pessoas com intercâmbio numeroso e íntimo, uma personalidade discordante torna rapidamente a vida insuportável e a destrói. Num espaço reduzido, os isolamentos são mais perceptíveis e dolorosos.

A CEB não pode ser uma comunidade cuja extensão exista mediante a vitalidade que lhe vem do exterior. Em sua qualidade de ser de base, ela envolve seus membros como agentes ao mesmo tempo que pacientes.

Nem mesmo é possível fazer uma comunidade de base onde os membros agissem como elementos de uma sociedade secundária. Como se trata de uma comunidade de base, não bastam alguns objetivos comuns específicos, logo se misturam objetivos globais e a interação se faz quase insensível.

Enquanto grupo com uma intensidade máxima e com extensão global de vivência comunitária ela é sempre gratificante: cada pessoa se vê reconhecida em sua plena capacidade e pode agir com participação notável (no pleno sentido da pala-

vra), podendo fazê-lo de maneira consciente e crítica. A atividade comum produz frutos facilmente mensuráveis tanto no plano teórico como no executivo. Além disso cria uma afetividade debordante no interior do grupo formado e também para com as obras que vai realizando.

Nesse ponto existe uma diferença entre o trabalho delas e o do padre-seminarista na ação evangelizadora, como nos faz notar Carmen Cinira MACEDO: como o padre-seminarista são formados fundamentalmente para dirigir a comunidade e não para vivê-la, eles participam delas nas características de uma sociedade e não como uma comunidade. Eles serão sempre necessários para a vida societária e permitem à comunidade o estar ligada à grande sociedade eclesial, mas na convivência eles serão sempre um diferente. E quando eles quiserem reduzir a comunidade de base e a transformar em um simples serviço paroquial, eles a farão morrer por falta de respiração de comunhão. Clericalizar é diminuir a vida comunitária.¹⁷

*P. Antonio Silva CSSR
Doutor em Teologia, Universidade Laval, Quebec, Canadá
Professor de Pastoral - Instituto Teológico São Paulo*

17. Cf. *Todo dia é dia, o cotidiano nas comunidades eclesiais de base*. Em Pierre SANCHIS (org.), *Catolicismo, cotidiano e movimentos*. São Paulo, Loyola-ISER, 1992, pp. 218-239; cf. também Berma K. GOLDEWIJK, *Consolidação ou crise de estruturas eclesiais de base? novas estruturas eclesiais sem reconhecimento oficial*. Em *CONCILIUM* 1992/5, n. 243, pp.727-735.